



Certificação Florestal em Pequenas Propriedades

Patrícia Póvoa de Mattos¹
Erich Gomes Schaitza²
Sérgio Ahrens³

1. INTRODUÇÃO

É amplamente aceito que os recursos florestais e as terras relacionadas com eles devam ser manejados para suprir as necessidades sociais, econômicas, ecológicas, culturais e espirituais das gerações presentes e futuras. A crescente conscientização do público sobre prejuízos ocasionados pela destruição e degradação das florestas tem levado os consumidores a exigir que suas compras de madeira e outros produtos florestais não contribuam para esta destruição, mas ajudem a assegurar os recursos florestais para o futuro. Em resposta a estas exigências, proliferam no mercado os programas de certificação por terceiros e/ou de auto certificação (Smeraldi & Veríssimo, 1999).

O processo de certificação é uma iniciativa voluntária de proprietários florestais e responsáveis pelo manejo florestal. São eles que solicitam os serviços de uma organização certificadora. O objetivo da certificação florestal é promover o manejo das florestas de forma ambientalmente adequada, socialmente benéfica e economicamente viável. Isso é feito por meio da adoção

de um conjunto de princípios e critérios de manejo florestal amplamente reconhecido e respeitado.

O objetivo deste trabalho foi realizar uma análise preliminar dos fatores limitantes à obtenção do selo de Certificação Florestal por pequenos proprietários rurais.

2. MERCADO

Atualmente existe um mercado bastante ávido por produtos florestais oriundos de florestas bem manejadas e em condições de serem certificadas. Nichos do mercado europeu são frequentemente citados como exemplo dessa exigência, por terem estabelecido metas para comercializar produtos fornecidos com seu respectivo certificado de bom manejo. O mercado americano também mostra sinais muito claros de que a certificação é uma prática bem-vinda (Nardelli et al., 2000).

Por outro lado, comerciantes de produtos florestais estão alertando com frequência seus fornecedores da

¹ Engenheira-Agrônoma, Doutora, Pesquisadora da *Embrapa Florestas*, povoa@cnpf.embrapa.br

² Engenheiro Florestal, Bacharel, Pesquisador da *Embrapa Florestas*, erich@cnpf.embrapa.br

³ Engenheiro Florestal, Doutor, Pesquisador da *Embrapa Florestas*, sahrefs@cnpf.embrapa.br

necessidade de, no futuro, e algumas vezes já no presente, somente comprarem produtos provenientes de florestas devidamente certificadas.

No Brasil, verificam-se sinais evidentes da procura pela certificação, principalmente para grandes plantações florestais no sul do país e em florestas naturais da Amazônia ligadas aos grandes empreendimentos.

As principais vantagens que a certificação proporciona às organizações florestais são: o acesso a novos mercados ou a garantia de permanência nos tradicionais; a segurança para os acionistas; a minimização de riscos; a melhoria do relacionamento com as comunidades locais; a boa reputação no mercado pelo comprometimento com a causa ambiental; o acesso a novas linhas de crédito; o aumento do controle em suas operações; a documentação de procedimentos operacionais, dando oportunidade de auditoria interna dos mesmos; e a oportunidade de continuidade de operações, entre outras. As vantagens da sistematização e controle das operações, aliadas à redução de riscos, geralmente resultam em diminuição de desperdícios e de multas ambientais.

3. SISTEMAS DE CERTIFICAÇÃO

Há vários esquemas de certificação implantados globalmente, tanto com abrangência nacional como internacional. Várias iniciativas regionais ou nacionais têm se estabelecido como, por exemplo, o Pan Europeu, Malasian Council e Cerflor, este último no Brasil. Os foros internacionais têm discutido a possibilidade do estabelecimento de programas de reconhecimento mútuo de sistemas de certificação.

O esquema de certificação mais utilizado globalmente é o Forest Stewardship Council (FSC)⁴. No Brasil isso também ocorre e o FSC ainda é o único certificador nacional. Até abril de 2002 foram certificados 1.152.243 ha, sendo 353.313 ha de florestas nativas e 798.930 ha de plantios, em áreas pertencentes a 20 empresas e a uma associação de produtores de borracha (FSC Brasil, 2002).

O governo brasileiro, através do INMETRO e grupos de produtores liderados pela Sociedade Brasileira de Silvicultura, vem desenvolvendo um sistema de certificação nacional, já com princípios e critérios discutidos com a sociedade brasileira e com desenvolvimento de experiências piloto, tanto para florestas plantadas como nativas.

⁴ Forest Stewardship Council poderia ser traduzido por Conselho Tutelar de Florestas

Muitos proprietários rurais ou empresas florestais têm procurado certificar suas florestas. Nos últimos cinco anos houve um grande aumento da área de florestas certificadas no mundo. Entretanto, em muitos países a certificação de pequenas áreas, individualmente ou em grupo, tem sido difícil (Scruse, 2000). No Brasil ainda existe uma escassez acentuada de informações sobre os principais entraves limitando essa participação, apesar do grande interesse de produtores florestais e organizações certificadoras.

4. ESTUDO DE CASO

As regiões de Erechim e Bocaiuva do Sul, respectivamente no Rio Grande do Sul e Paraná, foram escolhidas para o desenvolvimento dos primeiros estudos da Embrapa Florestas sobre as dificuldades que deveriam ser superadas pelos pequenos proprietários florestais para sua entrada no mercado da certificação florestal.

Erechim é uma região com forte produção agropecuária, onde predominam as culturas de grãos, a suinocultura e a avicultura. Ao longo das últimas décadas houve um desmatamento acentuado na região, com a substituição de amplas áreas florestais por agricultura. Este processo fez com que a região ficasse altamente dependente de produtos florestais importados, principalmente, de Santa Catarina e Paraná.

Em meados dos anos 90, uma série de instituições locais dirigidas por uma cooperativa denominada Cotrel, pela Emater-RS (o órgão de extensão rural do Rio Grande do Sul) e pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai, com apoio da Embrapa Florestas, fomentaram o plantio de florestas na região, principalmente em pequenas propriedades. A Cotrel, com seus 18.000 associados, produz e distribui anualmente dois milhões de mudas, principalmente de eucalipto. Atualmente, os primeiros reflorestamentos começam a ser explorados para produção de energia, mas com uma visão futura de uso múltiplo e produção de serrados. A idade dos plantios, a organização local dos pequenos produtores e o trabalho associativo determinaram a escolha da região para o presente estudo de caso.

Bocaiuva do Sul é uma região de relevo ondulado, coberta por florestas de bracinga usadas, principalmente, para a geração de energia em indústrias de cal e como lenha na Região Metropolitana de Curitiba. Essas florestas possuem um valor ambiental inestimável, pois protegem o Aquífero Karst, fonte de 30% da água para consumo humano nessa Região.

Com a mudança da matriz energética e a conversão de

indústrias para o consumo de óleo combustível, gás, e resíduos da indústria madeireira, a bracatinga perdeu mercado, com redução considerável de preço devido ao excesso de oferta. Esse fato faz com que muitos proprietários rurais mudem o uso atual da terra para agricultura, geralmente inapropriada aos terrenos declivosos e à proteção dos recursos hídricos da região. Portanto, é importante encontrar alternativas de manejo e uso que aumentem o valor da bracatinga e permitam que ela permaneça cumprindo sua função ecológica primordial.

Diante dessa situação a Embrapa Florestas pesquisa alternativas viáveis para o aumento da produtividade da madeira nessas áreas e o seu uso em áreas não tradicionais, como construção de casas e mobiliário. Simultaneamente estuda a possibilidade de promover a certificação ambiental dos bracatingais visando identificar nichos mais interessantes de mercado para os produtores rurais.

O trabalho consistiu em identificar, junto aos produtores e técnicos locais, o caminho e as dificuldades encontradas para se estabelecer um processo de certificação. Para isso, foram entrevistados produtores e técnicos das duas regiões.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS

Embora o trabalho ainda esteja em andamento, percebe-se a partir das diferentes situações analisadas que os principais problemas são:

- a madeira é vendida localmente, sem demanda por matéria-prima certificada. As pequenas serrarias que comercializam madeira para outros mercados não estão associados aos mercados de madeira certificada;
- o custo da certificação ainda é indefinido. Não se sabe ainda se as alternativas de menor custos, como certificação em grupo ou subsídios, seriam economicamente viáveis para essas propriedades;
- aspectos técnicos da certificação são desconhecidos pelos produtores rurais (plano de manejo, inventário, mapas, monitoramentos, entre outros);
- procedimentos de documentação não são rotineiros para a maioria dos produtores envolvidos;
- resistência ou impossibilidade dos produtores de arcar com mais despesas;
- falta de informações sobre certificação florestal para o produtor rural, em linguagem apropriada, para o manejo sustentável de médio e longo prazos de pequenas áreas florestais,
- falta de mapas adequados com a delimitação das áreas de conservação/preservação e limites da propriedade e,
- desconhecimento ou ausência de equipamentos de proteção individual para empregados ou para o próprio produtor rural que também desempenha atividades na manutenção e exploração da unidade florestal.

Portanto, a internalização desse processo entre pequenos proprietários florestais demandará tempo e esclarecimento. É prioritário manter reuniões frequentes para esclarecer os técnicos e produtores sobre as dificuldades e as vantagens sociais, econômicas e ambientais das práticas para se obter a Certificação Florestal.

Um projeto de avaliação de pequenas propriedades produtoras de bracatinga na região Metropolitana de Curitiba, quanto aos princípios e critérios para a certificação florestal, foi aprovado pela Embrapa em 2002. Ele permitirá que nos próximos dois anos silvicultores de bracatinga identifiquem as não-conformidades dos sistemas produtivos que precisarão ser adequadas às exigências de certificadores. O acompanhamento desse processo, com a análise dos custos envolvidos, das possibilidades de expansão de mercados e das mudanças na postura ambiental dos produtores permitirá a avaliação acurada das vantagens e desvantagens da certificação. A curto prazo isso possibilitará identificar as principais não-conformidades de pequenas propriedades florestais, em relação aos princípios e critérios da certificação florestal, bem como a esquematização, de forma simplificada, das etapas necessárias à sua obtenção.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FSC BRASIL. **Áreas certificadas no Brasil**: atualização de 18 de abril de 2002. Disponível em: < <http://www.fsc.org.br> > . Acesso em: 18 abr. 2002.

NARDELLI, A. M. B.; NASCIMENTO, A. R.; GRIFFITH, J. J.; SILVA, M. L. da. Certificação florestal: uma realidade também no Brasil. **Folha Florestal**, Viçosa, n. 96, p. 7-9, 2000.

SCRASE, H. (Coord.). **Certification of forest products for small businesses: improving access - issues and options: final report.** Disponível em: < http://www.gtz.de/forest_certification/download/d24.pdf > . Acesso em: 23 out. 2000.

SMERALDI, R.; VERISSIMO, J. A. de O. **Acertando o alvo: consumo de madeira no mercado interno brasileiro e promoção da certificação florestal.** São Paulo: Amigos da Terra, Programa Amazônia; Piracicaba: IMAFLORA; Belém: AMAZON, 1999. 41 p.

Comunicado Técnico, 92

Embrapa Florestas

Endereço: Estrada da Ribeira km 111 - CP 319

Fone: (0**) 41 666-1313

Fax: (0**) 666-1276

E-mail: sac@cnpf.embrapa.br

Para reclamações e sugestões *Fale com o*

Ouvidor: www.embrapa.br/ouvidoria

1ª edição

1ª impressão (2003): conforme demanda



Comitê de publicações

Presidente: Luciano Javier Montoya Vilcahuaman

Secretária-Executiva: Guiomar M. Braguinha

Membros: Antonio Maciel Botelho Machado / Edilson

Batista de Oliveira / Jarbas Yukio Shimizu / José

Alfredo Sturion / Patricia Póvoa de Mattos / Susete do

Rocio Chiarello Penteadó

Expediente

Supervisor editorial: Luciano J. Montoya Vilcahuaman

Revisão gramatical: Ralph D. M. de Souza

Normalização bibliográfica: Elizabeth Câmara Trevisan

Lidia Woronkoff

Editoração eletrônica: Cleide Fernandes de Oliveira.

CGPE 4382